

GOVERNO REVOLUCIONÁRIO DO DESTERRO*

Walter F. Piazza**

Não se pode a priori tratar do Governo Revolucionário do Desterro somente a partir da tomada da cidade pela esquadra chefiada por Frederico Guilherme de Lorena.

Aquele ato foi o clímax de uma ação que, no terreno das querelas político-partidárias de Santa Catarina, tem raízes na posse, após a proclamação da República, de Lauro Severiano Müller como Governador, nomeado por Deodoro da Fonseca.

Os “federalistas” em Santa Catarina não tinham um desiderato comum. Havia aqueles que só desejavam o poder político e esta questiúncula vinha do momento da proclamação da República, da adesão de Santa Catarina ao novo regime e da nomeação do tenente engenheiro Lauro Severiano Müller para o Governo do Estado, “pouco prático, mas inteligente, auxiliado por patriotas (naquela época os havia)”.

Diz Gustavo Richard, em suas “Reminiscências políticas”.

“O fato mais notável antes da eleição das constituintes foi o alistamento feito sem regra, por conhecimento próprio, de modo que alistaram sem distinção um pessoal de toda classe, dominando, em alguns municípios, os estrangeiros nacionalizados.”

E as divergências se agravam com a escolha dos candidatos para o Congresso Nacional, que, em Santa

Catarina, foi causa do rompimento entre os “históricos” e os antigos “classistas”, estes então sob a chefia de Eliseu Guilherme da Silva e de Cristóvão Nunes Pires, que iniciam a oposição ao Governo.

O agravamento da questão política se dá com a renúncia de Lauro Müller, em (89), acompanhando o gesto do Marechal Deodoro da Fonseca na suprema magistratura do país.

Acrescem a essa efervescência os tumultos de Blumenau, onde os “históricos”, chefiados por Hercílio Luz, se desentendem com os adeptos de Eliseu Guilherme e Cristóvão Nunes Pires, formam uma “Guarda Cívica”, que marchará em direção à capital, onde atacará o Palácio do Governo, ocupado por Eliseu Guilherme governando o Estado.

Os desentendimentos de Blumenau resultaram em longa questão policial e judicial, que decretaria uma crise com repercussão na composição e estabilidade do Tribunal de Justiça do Estado.

Os problemas políticos podem ser visualizados através da formação e atuação do legislativo estadual. A 1ª Legislatura e Constituinte Republicana em Santa Catarina, eleita em 08 de março de 1891, foi dissolvida em novembro daquele ano. Foi convocada nova eleição para o Parlamento Estadual, o que se efetivou a 24 de abril de 1892, e a qual os

* Publicado sob autorização expressa do Autor.

** Da Universidade Federal de Santa Catarina.

“republicanos históricos” não apresentaram “chapa”; só concorreram os federalistas.

Tal legislatura (1892-1894) viveu “aos trancos e barrancos”, porquanto os eleitos foram revolucionários, de forma que, a 26 de setembro de 1893, encerrou os seus trabalhos enquanto houvesse “estado de sítio” nos estados do Sul. Vê-se, pois, por esta atitude, que os revolucionários catarinenses se acomodaram e aceitaram uma decisão do poder central, do Governo de Floriano Peixoto, que eles combatiam.

Quais as aspirações do Governo de Lorena e quais as pretensões dos anti-florianistas da cidade do Desterro?

O governo do capitão-de-mar-e-guerra Frederico Guilherme de Lorena – que conhecia a cidade do Desterro desde a sua juventude, pois, ali, estudara no Colégio do Arcipreste Joaquim Gomes d’Oliveira e Paiva, em 1850, com 11 anos de idade. Era esse Governo tipicamente militar: instalação da sede do governo e estruturar; a partir daquele porto – na época sede de Distrito Militar e de guarnição expressiva – uma ampla base de apoio logístico para as futuras operações militares.

Para atender as condições de suporte logístico, fez organizar um “Arsenal de Marinha”, cuja chefia deu a engenheiros franceses (Edmond Buette, Charles Müller e Etienne (?)) fez arrecadar, não só na cidade do Desterro, mas no sul do Estado, notadamente na Laguna, material que fosse útil a tal finalidade. A mão-de-obra foi recrutada, quer na cidade do Desterro, quer em outras localidades, especialmente em Blumenau.

Como foram contingenciadas as aspirações revolucionárias no Desterro?

O “Governo Revolucionário Federal”, de Lorena, estruturado à base de dois ministros – João Carlos Mourão dos Santos, oficial de Marinha, e Aníbal Elói Cardoso, Oficial do Exército, de imediato considerou a cidade do Desterro como capital do Governo Revolucionário e mobilizou a Guarda Nacional, da qual foi nomeado comandante-em-chefe o coronel Laurentino Pinto, organizou o Batalhão Patriótico “Fernando Machado”, sob o comando de João Nepomuceno Costa – então 1º tenente do Exército –

e que no dizer do escritor revolucionário e médico Angelo Dourado “era uma verdadeira ala de namorados”, bem como determinou a feitura de um código Criminal e Militar, a cargo do Coronel Sergio Tertuliano Castelo Branco.

Lorena fez reformar o serviço administrativo do Estado.

A cidade do Desterro no Governo de Lorena assistiu aos choques entre os chefes da Revolução.

O encontro de Gumercindo Saraiva e do Almirante Custódio José de Melo com Lorena terminou de forma explosiva, porquanto as formas de “fazer a revolução” de cada um deles, conflitava com a dos demais.

Por outro lado, o viés ideológico não tinha acrescentado nada, e não era utilizado em benefício da causa revolucionária que, cada vez mais, se tornava episódica, no confronto dos grupos armados.

Os dados que se vêm acumulando face às pesquisas que têm sido efetuadas, nos últimos anos, acerca da Revolução Federalista, nos induzem a esta afirmativa!

Quais os resultados da ação revolucionária?

A ação revolucionária em Santa Catarina e, em especial, na cidade do Desterro, poderá ser analisada, quanto aos seus resultados, nos aspectos político-administrativos, sociais e econômicos.

No aspecto político-administrativo, houve a desorganização da Administração Pública Estadual, já pelas constantes trocas de chefias de Governo, o que acarretaria, forçosamente, a quebra sucessiva de hierarquia, com reflexos, principalmente, nos órgãos arrecadadores. Os recursos do Tesouro Estadual foram exauridos, no período de 1892-1894.

No aspecto social, tem-se a cisão da sociedade catarinense, altamente comprometida com as facções em luta.

Terminada a luta armada e a adoção do nome “Florianópolis” para a capital do Estado, em substituição ao de Desterro, não deve ser desprezada, como gravame, à ponderável parcela da sociedade.

Se, até então, a política partidária estabelecia divisão nos agrupamentos sociais, houve, a partir da

Revolução, uma cisão bem acentuada, principalmente pela represália sangrenta do Cel. Antônio Moreira César.

Entretanto, não se pode omitir as atitudes de solidariedade humana que ilustram esta face da gente catarinense e brasileira!

No campo do desenvolvimento econômico do Estado, tem-se que referir à queda acentuada do comércio de cabotagem no litoral catarinense, base então de toda a exportação e importação, levando-se em conta que, à época, era através dos seus portos e enseadas, que circulava a incipiente economia. A madeira e a produção agrícola, bem como a importação dos bens necessários à instalação de pequenas indústrias, por eles se processava.

Por outro lado, apesar de episódico, é ilustrativo o terem as forças de Gumerindo Saraiva arrebanhando na então Colônia “Dona Francisca”, cerca de 2.000 (dois mil) cavalos, de que os colonos dispunham para o transporte e comercialização de sua produção e

necessitaram de 4 (quatro) anos para recompor seus rebanhos cavaleares!

Não houve quadrante do território catarinense que não fosse, naquele momento, arrasado em suas economias pelas “requisições” de ambos os lados.

Outros dados poderão ser, oportunamente, acrescentados!

Houve separatismos definidos?

O separatismo inicial era fruto do federalismo preconizado, a exemplo do modelo norte-americano, como fora propugnado pela Inconfidência Mineira e pela Revolução Farroupilha.

Na leitura de Tobias Becker, um incansável ideólogo da Revolução Federalista na cidade do Desterro, tomando como modelo a Revolução Farroupilha que ele analisou, não se sente o desejo de um separatismo inconseqüente.

Estas as conclusões que, por oportuno, se fazem!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ÁVILA, Edison d'. (1947-...). *A Revolução Federalista de 1893 em Itajaí*. Itajaí, SC. Fundação Genésio Miranda Lins – Arquivo Histórico de Itajaí, 1993. 55p.
- BOITEUX, Henrique. Alte. (1862-1945). *Reminiscências (organização e ação da esquadra do Almirante Jerônimo Francisco Gonçalves)*. Artigos publicados no jornal “Folha Nova”, Florianópolis, ed. 1927-1930.
- BOITEUX, Lucas Alexandre. (1880-1966). *Notas para a história catarinense*. Florianópolis: Livr. Moderna, 1912.
- BORMANN, José Bernardino. cel. (1844-1919). *Dias Fratricidas – Memórias da Revolução Federalista no Estado do Paraná*. Curitiba, Livr. Econômica, 3v., 1901-1906.
- CORRÊA, Carlos Humberto. (1941-...). *Militares e civis num governo sem rumo. O Governo Provisório revolucionário do Desterro, 1893-1894*. Florianópolis, tese para concurso na Universidade Federal de Santa Catarina, 1987. policopiado.
- DEEKE, José. (1875-1931). *Blumenau e a Revolução de 1893*. Blumenau, SC. *Blumenau em Cadernos*. v.9., nº 11/12, nov-dez. 1968.
- DOURADO, Angelo. (? - ?). *Os Voluntários do Martírio-factor e episódios da Guerra Civil*. Pelotas: Tip. Livr. Americana, 1896.
- ESCOBAR, Wenceslau. (? - ?). *Apontamentos para a história da Revolução Rio-grandense de 1893*. Rio de Janeiro, s/ed., 1919. 2º milheiro, Porto Alegre: Globo, 1920.
- FERNANDES NETO, Tycho Brahe. (1935 -...). *Um julgamento histórico*. Florianópolis. Fundação Catarinense de Cultura, 1981.
- MEIRINHO, Jali. (1933-...). *A República em Santa Catarina (1889 – 1900)*. Florianópolis: co-ed. UFSC – Lunardelli, 1982.

- _____. *Algumas fontes para a História da Revolução de 1893 em Santa Catarina*. Bajé, RS. *Fontes para a História da Revolução de 1893. Anais do Seminário (1983)*.
- MAURICY, José Cândido da Silva. gal. (1863 – 1943). *A Revolução de 93 anos nos Estados de Santa Catarina e Paraná*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1950.
- PEREIRA, Carlos da Costa. (1890-1967). *A Revolução Federalista de 1893 em Santa Catarina*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1976.
- PIAZZA, Walter F. (1925-...). *Santa Catarina: sua história*. Florianópolis: co-ed. UFSC - Lunardelli, 1983.
- _____. *O Poder Legislativo Catarinense: das suas raízes aos nossos dias, 1834-1984*. Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1984.
- _____. *Federalismo: uma contribuição ao estudo da ideologia*. Porto Alegre, XII Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, (1992). *Anais*, 1993.
- _____. *Santa Catarina no período revolucionário de 1891-1894: novas perspectivas*. Florianópolis, XIII Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (1993), *Anais*, (1994) e Rio de Janeiro, *Revista do Exército Brasileiro*, v. 130, nº 4, out-dez. 1993.
- _____. *Contribuição para um dicionário da Revolução Federalista*. Bajé, III Simpósio para a História da Revolução de 1893. 1993.
- RICHARD, Gustavo. (1847-1929). *Reminiscências políticas*. mss., inéditos. (Arquivo do IHGSC), cedidos por sua neta, Profª Sylvia Amélia Carneiro da Cunha.
- SOUZA, Álvaro Tolentino (de). (1886-1953). *A fuga do Tenente Machado*. Florianópolis: *Anuário Catarinense*. nº 1, 1948.
- S. THIAGO, Raquel. (1940-...). *Coronelismo urbano em Joinville – o caso de Abdon Batista*. Florianópolis: ed. Governo do Estado de Santa Catarina, 1988.
- VIEIRA DA ROSA, José. major. (1868-1957). *Combate dos Conventos. Marcha da Divisão do Centro até Tubarão*. Florianópolis. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, 1917, v.6., 1º trim. e v.6., 2º - 4º trim.
- VILALBA, Epaminondas. (? - ?). (pseud. de Raul Villa-Lobos). *A Revolta da Armada de 6 de setembro de 1893*. São Paulo: Laemmert, 1895.
- WOLFF, Phelippe Maria. médico. (1835-1910). *Diário* (original no Arquivo Histórico Municipal de São Bento do Sul, SC) 78 p. (período de 11.11.1893 a 25.1.1894 e de 26.1.1894 a 24.4.1894.).